



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7058 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT15 - Educação Especial

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL ESCOLAR – PDIE E ESTUDO DE CASO: PRIMEIROS RESULTADOS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Ednea Rodrigues de Albuquerque - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL ESCOLAR – PDIE E ESTUDO DE CASO: PRIMEIROS RESULTADOS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Este trabalho é resultante de uma pesquisa com enfoque no Plano de Desenvolvimento Escolar - PDIE e no Estudo de Caso, considerados como instrumentos orientadores das intervenções pedagógicas junto aos estudantes com deficiência no âmbito do Atendimento Educacional Especializado, na rede pública municipal do Jaboatão dos Guararapes-PE. Os primeiros resultados apontaram que, no trabalho de alguns professores das salas de recursos multifuncionais, existe uma produção escrita sedimentada em uma visão mais clínica e sonega informações básicas da vida escolar dos estudantes diante do processo de inclusão escolar. Por conseguinte, o Estudo de Caso necessitou ser ressignificado para ganhar maior compreensão e visibilidade do seu cunho pedagógico, nas práticas do serviço educacional especializado.

Palavras-chave: Plano de Desenvolvimento Individual Escolar; Estudo de Caso; Prática pedagógica inclusiva.

INTRODUÇÃO

Neste recorte de uma pesquisa exploratória, desenvolvida durante 7 meses (agosto de 2019 - fevereiro de 2020) junto a 39 (trinta e nove) escolas da Rede Pública Municipal de Ensino do Jaboatão dos Guararapes/PE, apresentamos os primeiros resultados da utilização do Plano de Desenvolvimento Escolar – PDIE e da adoção da metodologia de Estudo de Caso, considerados como instrumentos formativos e pedagógicos. Estes dois instrumentos foram inseridos nas práticas pedagógicas adotadas pelo Atendimento Educacional Especializado - AEE, que são realizadas nas Salas de Recursos Multifuncionais - SRM juntos aos estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista - TEA, altas habilidades/superdotação.

Os institutos legais voltados para os estudantes com deficiência, desde a Constituição

de 1988 e os marcos da política educacional à luz dos princípios da inclusão em 2008, asseguram o processo de acesso, permanência e aprendizagem no âmbito escolar, o que foi fortalecido pela implantação das SRM e do AEE. Constatamos, também, que, no cotidiano das instituições de ensino, o trabalho docente vem sendo desenvolvido conforme os ditos legais proclamados em tais documentos.

Em seus pressupostos normativos, a organização do AEE destaca a necessidade de observação/adoção dos aspectos didáticos e de elaboração de materiais específicos para cada estudante. Por isso, a compreensão das finalidades da SRM, do AEE e da abrangência das atribuições do professor é um fator primordial para o trabalho da equipe escolar e para o envolvimento das famílias.

Diante de seus elementos constitutivos, o processo de inclusão escolar de cada estudante, que está matriculado no AEE na rede pública de ensino, toma como base o PDIE e o Estudo de Caso, tendo em vista o desenvolvimento de aprendizagem, nos aspectos complementar e suplementar da escolarização na educação básica.

Compreendemos que, o trabalho do professor no AEE e na SRM não pode ser visto como um serviço de *tamanho único*, conforme afirmam Mendes e Malheiro (2012). Nem algo que possa ser entendido como reforço ou antônimo de educação especial. O trabalho de cada professor é uma forma de contribuir com a educação de qualidade dos estudantes com deficiência, na perspectiva do ensino colaborativo, na escola.

Constatamos que as escolas pesquisadas procuram atender a diversidade dos estudantes e respeitam suas histórias de vidas, uma vez que asseguram o acesso aos seguintes equipamentos institucionais: AEE, SRM e Centros de Atendimento Educacional Especializado. Além disso, garantem a implantação das necessárias adequações didáticas, na sala do ensino comum, conforme preconizam os aspectos legais. Todas essas ações podem ser consideradas como estratégias políticas, que procuram minimizar a segregação destes estudantes.

Considerando tal contexto, com este estudo exploratório, procuramos, identificar de que forma o PDIE e o Estudo de Caso foram concebidos e efetuados, no cotidiano das atividades escolares das práticas pedagógicas dos professores do AEE, no decorrer do segundo semestre do ano letivo de 2019, conforme já citado.

METODOLOGIA

Nesta pesquisa, optamos pela abordagem qualitativa e, para coleta de informações, adotamos a pesquisa documental. De acordo com Oliveira (2012), a pesquisa qualitativa é caracterizada como uma forma de explicar em profundidade o significado e as características das informações obtidas, através dos instrumentos selecionados para obter dados.

Para Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002), um documento é qualquer registro utilizado como um subsídio de informação, que possa esclarecer princípios e normas, que estão interferindo em determinados comportamentos. Convém ressaltar que os documentos se configuram de acordo com contexto em que são utilizados.

Chizzotti (2013) afirma que o estudo de caso é uma modalidade de pesquisa, que visa congrega dados relevantes, a fim de obter uma visão mais ampla sobre o objeto, pois afasta dúvidas, esclarece indagações e propõe ações posteriores. Busca uma coleta de informações sistemáticas sobre uma pessoa particular, uma família, um evento. É, portanto:

[...] um conjunto de relações ou processo social para melhor conhecer como são ou como operam em um contexto real, e tendencialmente, visa auxiliar tomadas de decisões, ou justificar intervenções, ou esclarecer por que elas foram tomadas ou implementadas e quais foram os resultados (CHIZZOTTI, 2013, p.135).

Na pesquisa em foco, a observação assumiu um papel relevante, tendo sido realizada no período de agosto de 2019 a fevereiro de 2020, no Núcleo de Educação Especial – Secretaria de Educação, perfazendo um total de 200 h/a.

Em 2019, na primeira etapa, analisamos 401 estudos de caso e elegemos para a segunda fase do estudo, no início do ano letivo de 2020, as observações dos PDIE das trinta e nove escolas, onde estão implantadas as Salas de Recursos Multifuncionais da Rede Pública de Ensino do Jaboatão dos Guararapes.

Participaram desta pesquisa, quatorze Coordenadoras Educacionais da Educação Especial, que fizeram as primeiras leituras dos documentos com a utilização de uma *ficha avaliativa* apresentada com a seguinte função: verificar se os elementos basilares, que direcionam o documento, estão presentes nos registros escritos dos professores, ou seja, conferir se informações referentes ao estudante, à Instituição de Ensino e à família estão devidamente registradas.

Ressaltamos que os Estudos de Caso foram separados por regionais e pelo nome dos professores e utilizamos a *ficha avaliativa* para acompanhar o conteúdo dos documentos e obter informações referentes aos estudantes, às unidades escolares e às famílias. Tais informações nos possibilitaram desenvolver uma análise geral dos documentos e elaborar novas propositivas referentes ao assunto em foco.

No entanto, no mês de março de 2020, interrompemos o processo de pesquisa em função do isolamento social, que nos foi imposto em decorrência da pandemia do Coronavírus, pois ficamos sem acesso aos PDIEs. Pretendemos dar continuidade à segunda etapa da pesquisa, quando as atividades presenciais recomeçarem no nosso município. Considerando as características da nossa pesquisa, que possibilitam um determinado grau de flexibilização, mantemos expectativas positivas em relação ao pleno desenvolvimento das tarefas planejadas. Sob essa perspectiva, Gil (2010, p. 27) afirma que:

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento.

Os elementos já analisados fortaleceram o teor científico das atividades investigativas, contribuíram com as práticas pedagógicas adotadas pela educação inclusiva e, também, indicam a amplitude da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na etapa inicial da pesquisa, constatamos que a *ficha de avaliação* do Estudo de Caso trouxe dois resultados positivos: tornou mais produtivo o trabalho das coordenadoras educacionais diante da produção escrita dos professores do AEE e, despertou um novo olhar para o acompanhamento pedagógico, que era realizado na própria rede de ensino.

Nesta linha de pensamento, Freire (1996, p. 29) afirma:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar,

constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

Os saberes revelados nas produções escritas dos professores os AEE levaram a repensar o sentido da práxis, na perspectiva de Freire (1996), qual seja: buscar novos elementos da prática para *mudar, agir e esperar* a transformação do homem pelo viés da educação.

Nas práticas dos professores, constatamos que a coleta de informações é a fase de maior complexidade, pois o exercício de ouvir e registrar exige de cada professor do AEE um tempo maior para transcrever e elaborar os textos. Além disso, os professores dos anos finais do ensino fundamental precisam disponibilizar um horário para fornecer tais informações aos professores do AEE. Somente após a conclusão de tais tarefas, o professor do AEE começa a redigir o Estudo de Caso, que irá embasar a elaboração do PDIE.

Constatamos que muitos Estudos de Caso contêm um texto prolixo em relação à história de vida do estudante, notadamente, na fase de gestação. Em muitos documentos, os professores utilizaram três laudas para registrar, apenas, essa fase do desenvolvimento infantil e concluíram o documento sem as demais informações do estudante. Em outros documentos, apenas, um parágrafo descrevia toda a história de vida do estudante com ênfase na primeira infância, mas a fase escolar ficou insipiente.

O estudo demonstra que, no cotidiano escolar, o desenvolvimento de um trabalho a partir do uso de questionários, entrevistas e observações requer investimento do sistema de ensino na área de formação de tais instrumentos de pesquisa, voltados para a prática docente e, também, investimentos nas condições físicas das escolas por exemplo, manutenção da SRM e aquisição de papeis, impressora e cartuchos.

As primeiras observações dos objetos em análise, PDIE e Estudo de Caso, revelam que o acompanhamento às SRM irá requer maior tempo para as orientações pedagógicas junto ao professor do AEE.

Outro achado na pesquisa é que o Estudo de Caso não é um relato, nem análise de caso. Trata-se de um delineamento de pesquisa, que enfatiza as particularidades e a complexidade de uma situação apresentada, seja a partir de uma história de vida, ou da história de um grupo. Deste modo, se torna um elemento estruturante do PDIE e, didaticamente, ocupa o segundo lugar nas atividades do trabalho docente, uma vez que, depois da coleta de informações relativas ao estudante, à escola e à família, o professor chega ao momento de criação, ou seja, da elaboração do texto.

Mais questões foram levantadas: como estamos compreendendo os estudantes com deficiência, na escola regular? Qual é a relação do professor do AEE com o professor da educação infantil e ensino fundamental para elaborar e materializar na prática o PDIE? Quais profissionais estão envolvidos? Tais questionamentos são resultantes das atividades investigativas, pois conforme afirma Pacheco, (2007, p. 100):

A preparação de PEIs exige a colaboração de muitas pessoas. Em primeiro lugar, a colaboração dos professores e dos pais. A participação ativa do próprio aluno também é recomendada. Além disso, vários especialistas de dentro e de fora da escola participam. Essas pessoas reúnem seu conhecimento e experiência para criar um plano que permita aos alunos participar e utilizar o currículo de aula.

As parcerias descritas pelo autor acima, devem ser definidas durante o desenvolvimento do PDIE, a fim de pressupor tanto a participação dos profissionais existentes na Unidade de Ensino como daqueles que estão indiretamente ligados à escola. Nessa categoria, também, estão incluídos os profissionais, que já atendem o estudante na área da

saúde (médicos, psicólogos e demais terapeutas).

O grande marco legal voltado para as pessoas com deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão - LBI (2015), assegura que o direito do estudante com deficiência, TEA, superdotação/altas habilidades à educação, ao Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE). Por conseguinte, está estabelecido pela legislação que o PAEE contenha a forma de organização dos recursos e dos serviços, que viabilizam o acesso e o uso pedagógico dos recursos de tecnologia assistiva.

Os primeiros resultados desta pesquisa estão condizentes com alguns posicionamentos teóricos, conforme o que se segue. Arnal e Mori (2007) consideram que o pressuposto básico do trabalho no AEE é a mediação, pois a forma como o professor trabalha, as estratégias utilizadas para ensinar são fundamentais para a aprendizagem do estudante. As autoras afirmam que uma prática mediadora consiste em um trabalho intencionalmente organizado para que o estudante tenha acesso aos conteúdos planejados.

Nessa mesma perspectiva, Melo e Siqueira (2018) destacam a necessidade de repensar e diversificar as práticas pedagógicas, levando em consideração os diversos ritmos de aprendizagens e as habilidades inerentes a todos os educandos com e sem deficiência (surdez), tendo como premissa a promoção de um ambiente acolhedor, acessível e educativo para todos.

Com base nos achados da pesquisa e respaldada nos teóricos acima citados, reafirmamos: mesmo com todo o investimento realizado no processo de formação continuada para os professores do AEE, temos ainda um desafio: maturar o desenvolvimento e o acompanhamento do PDIE, tornando-o mais próximo do tipo de serviço especializado, que é ofertado nas escolas públicas municipais e, sobretudo, alcançar as metas condizentes com as necessidades dos estudantes em processo de inclusão escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utopia desse trabalho é reconhecer que o PDIE e o Estudo de Caso não são uma invenção da política pública como panaceia das necessidades emergentes da pessoa com deficiência, nem um instrumento segregador. O PDIE é fruto das constatações históricas diante do embate exclusão *versus* inclusão, no centro do qual esteve esse segmento da sociedade ao longo da evolução humana, principalmente no processo de escolarização.

Sob esta ótica, o PDIE e o Estudo de Caso devem estabelecer uma conexão entre o ensino regular e o AEE, o que irá viabilizar uma atuação mais direta e mais sistematizada junto ao estudante e à família. Também, não devem ser restritos ao âmbito do AEE-SRM, pois precisam abranger todo o ciclo de vida do estudante. Portanto, é indispensável que todos os profissionais estejam comprometidos com o processo de escolarização e com as práticas pedagógicas inclusivas.

O professor do AEE não desenvolve esta atividade de forma isolada, pois conta com o apoio da equipe de coordenadores e, também, dispõe das informações e dos dados já coletados e filtrados. Há, ainda, mais um aspecto que queremos destacar: a elaboração do Estudo de Caso/PDIE não é uma ação, apenas, burocrática, uma vez que se trata de um direito do estudante, que está respaldado pela legislação vigente e, também, consta nas atribuições do professor da SRM.

Desse modo, esperamos obter o que é mais desejado na instituição de ensino: a ruptura

da representação que os estudantes com deficiência são incapazes de aprender, portanto, estariam na escola, apenas, para melhorar o processo de socialização.

Referências

ARNAL, L. S. P; MORI, N. N. R. Educação escolar inclusiva: a prática pedagógica nas salas de recursos. IV Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial, 2007, Londrina. *Anais...* Londrina: UEL, 2007.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas ciências naturais e sociais**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6/6/2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 21-maio-2019.

BRASIL. **Lei Nº 10.098**, de 19/12/2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.

Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 21-maio-2019

BRASIL. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Inclusão. In: **Marcos político-legais da educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Ministério da Educação. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2010.

MELO, E. B.; BARBOSA, A. S. **Reflexões acerca da interação surdo/ouvinte e a construção da competência linguística no âmbito escolar**. 2018. Disponível em: <<http://www.editorarealize.com.br/revistas/cintedi/resumo.php?idtrabalho=698>>. Acesso em: 19-junho-2019.

MENDES, E.G.; MALHEIRO, C. A. L. Sala de recursos multifuncionais: é possível um serviço tamanho único de atendimento educacional especializado? In: MIRANDA, T.G.; GALVÃO FILHO, T. A. (Orgs.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDFB, 2012.

PACHECO, J. **Caminhos para a inclusão**: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PEREIRA, D. M; NUNES, D.R. P. Diretrizes para a elaboração do PEI como instrumento de avaliação para educando com autismo: um estudo interventivo. **Revista Educação Especial** | v. 31 | n. 63 | p. 939-960 | out./dez. 2018

Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>>. Acesso em: 13-ago- 2019.